


**REDEFININDO A NARRATIVA: A INFLUÊNCIA DA AGENDA SETTING E DAS TEORIAS DE PODER NA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE A FOME**

**REDEFINING THE NARRATIVE: THE INFLUENCE OF AGENDA SETTING AND POWER THEORIES ON JOURNALISTIC COVERAGE OF HUNGRY**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.051-005>

**Alexandre de Souza Acioli**

Especialista (Latu Sensu) em Ciência Política (UNICAP) e Administração com Ênfase em Marketing (UFRPE)

Bacharel em Ciências Sociais (UFRPE) e Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo (UNICAP)

E-mail: [aciolijornalista@gmail.com](mailto:aciolijornalista@gmail.com)

ORCID: 0000-0002-2577-0269

**RESUMO**

A fome e a insegurança alimentar constituem problemas estruturais historicamente associados à desigualdade social brasileira, cujos impactos foram intensificados no contexto da pandemia da covid-19. Apesar da relevância social e política do tema, observa-se baixa centralidade do assunto na cobertura de veículos jornalísticos regionais. Nesse cenário, o presente estudo analisa a presença e o tratamento da pauta da fome no jornal impresso *Folha de Pernambuco* ao longo do ano de 2021, período marcado por indicadores alarmantes de insegurança alimentar no país e por acontecimentos simbólicos e institucionais vinculados ao enfrentamento do problema no estado de Pernambuco. A pesquisa foi conduzida por meio de análise de conteúdo, com base no referencial metodológico de Bardin, aplicada ao corpus composto por 314 edições diárias do periódico, totalizando 5.878 páginas. Foram identificados textos contendo as expressões “fome” e/ou “insegurança alimentar” em títulos ou subtítulos, com posterior filtragem para exclusão de usos figurativos do termo. Os resultados indicaram baixa incidência de publicações elegíveis, com predomínio de conteúdos informativos de caráter episódico, limitada à problematização estrutural e enfoque recorrente em ações assistencialistas. A discussão sugere que a seletividade editorial observada pode ser interpretada à luz da teoria da Agenda Setting, evidenciando processos de invisibilização temática e de redução discursiva de um fenômeno social complexo.

**Palavras-chave:** Agenda Setting; Análise de conteúdo; Fome; Insegurança alimentar; Mídia.

**ABSTRACT**

Hunger and food insecurity are structural problems historically linked to Brazilian social inequality, whose impacts were intensified during the covid-19 pandemic. Despite the social and political relevance of this

issue, low thematic centrality has been observed in the coverage of regional newspapers. In this context, this study analyzes the presence and framing of hunger-related topics in the printed newspaper *Folha de Pernambuco* throughout 2021, a period marked by alarming indicators of food insecurity in Brazil and by symbolic and institutional events associated with addressing the problem in the state. The research adopted a content analysis approach, based on Bardin's methodological framework, applied to a corpus consisting of 314 daily editions of the newspaper, totaling 5,878 pages. Texts containing the expressions "hunger" and/or "food insecurity" in titles or subtitles were identified, followed by a filtering process to exclude figurative uses of the terms. The findings revealed a low incidence of eligible publications, with predominance of episodic informational content, limited structural problematization, and recurring emphasis on assistentialist actions. The discussion suggests that the observed editorial selectivity may be interpreted through Agenda Setting theory, highlighting processes of thematic invisibility and discursive reduction of a complex social phenomenon.

**Keywords:** Agenda Setting; Content analysis; Hunger; Food insecurity; Media.

## 1 INTRODUÇÃO

A fome e a insegurança alimentar configuram fenômenos sociais persistentes, estruturalmente associados à desigualdade, à precarização das condições de vida e à fragilidade de políticas públicas orientadas por direitos sociais. No Brasil, consolidou-se na literatura o entendimento de que a fome não decorre de escassez natural de alimentos, mas de processos históricos, econômicos e institucionais que condicionam o acesso desigual à renda, ao trabalho e aos meios de subsistência (Sen, 2010; Castro, 2023). Essa interpretação evidencia que a insegurança alimentar deve ser compreendida como expressão de organização social excludente, cuja reprodução se relaciona à concentração de renda, à vulnerabilidade social e à seletividade das prioridades estatais.

O agravamento recente desse cenário foi amplamente evidenciado a partir da crise socioeconômica intensificada pela pandemia da covid-19. Estudos nacionais demonstraram crescimento expressivo da insegurança alimentar moderada e grave, com ampliação do contingente populacional exposto à fome, sobretudo entre grupos socialmente vulnerabilizados (Rede Penssan, 2021; Rede Penssan, 2022). Paralelamente, relatórios internacionais destacaram que a pandemia intensificou desigualdades preexistentes, ampliando dificuldades de acesso regular a alimentos adequados e afetando especialmente populações pobres e periféricas (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2021). Nesse contexto, a fome foi reafirmada como fenômeno de natureza estrutural, agravado por crises conjunturais, mas sustentado por desigualdades históricas.

Diante desse quadro, torna-se relevante observar o comportamento da mídia perante a crise alimentar, considerando-se que o jornalismo ocupa posição estratégica na circulação pública de informações, na formação da opinião e na estruturação do debate democrático. A mídia, ao selecionar, hierarquizar e reiterar assuntos, atua como instância mediadora entre acontecimentos e percepções coletivas, influenciando o repertório temático incorporado à esfera pública (McCombs, 2009). A relevância desse processo é reforçada por estudos clássicos sobre opinião pública, os quais sustentam que o cidadão moderno tende a operar com base em representações mediadas, constituídas por imagens e narrativas socialmente disseminadas (Lippmann, 2008). Assim, a visibilidade ou invisibilidade conferida a problemas sociais não constitui simples reflexo do real, mas produto de disputas simbólicas, rotinas institucionais e decisões editoriais.

A teoria da Agenda Setting apresenta-se como referencial particularmente adequado para a análise desse processo, ao demonstrar que os meios de comunicação exercem influência decisiva na definição dos temas considerados relevantes no debate coletivo, ainda que não determinem diretamente as opiniões do público (Hohlfeldt, 2001; McCombs, 2009). Nessa perspectiva, o agendamento opera por meio da repetição e da saliência temática, isto é, pela centralidade conferida aos assuntos no noticiário. Assim, quando determinados problemas sociais deixam de ocupar espaço significativo na cobertura jornalística, ocorre não apenas redução da circulação de informações, mas também consolidação de ambiente simbólico que desestimula a problematização pública e restringe a responsabilização institucional.

A ausência ou a marginalização de temas socialmente sensíveis na cobertura pode ser interpretada como fenômeno associado a relações de poder e a lógicas de produção simbólica. Abordagens críticas sustentam que a reprodução social é sustentada não apenas por mecanismos coercitivos, mas por dispositivos simbólicos que regulam discursos e delimitam o campo do dizível (Althusser, 1985; Foucault, 1999). Nesse enquadramento, o jornalismo pode operar como instância de legitimação, ao privilegiar narrativas compatíveis com interesses dominantes e ao silenciar pautas que exigem questionamento estrutural. A crítica sociológica do campo jornalístico reforça essa hipótese ao destacar que a mídia atua sob pressões econômicas e rotinas produtivas que condicionam o tipo de conteúdo divulgado, favorecendo temas de baixo conflito e alto consumo em detrimento de questões socialmente incômodas (Bourdieu, 1997).

A relevância dessa discussão torna-se ainda mais evidente no caso do Estado de Pernambuco ao longo de 2021. No período, foram divulgados indicadores que apontaram parcela significativa da população em situação de insegurança alimentar e fome, em sintonia com a tendência nacional. Além disso, ocorreram acontecimentos de alta carga simbólica e institucional: a comemoração dos 75 anos da primeira edição de *Geografia da Fome*, obra fundadora na interpretação sociopolítica do fenômeno no Brasil, do médico e sociólogo Josué de Castro, e a instituição, pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), do Núcleo de

Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas Josué de Castro (Núcleo DHANA), voltado ao fortalecimento de ações emergenciais e estruturantes no enfrentamento da fome (Castro, 2023; MPPE, 2023). Esses marcos poderiam favorecer a ampliação do debate público e estimular coberturas jornalísticas de maior densidade, razão pela qual se tornou pertinente investigar o modo como o jornalismo local incorporou tais referências.

A escolha do jornal impresso *Folha de Pernambuco* como objeto empírico fundamenta-se na sua relevância regional, circulação diária e inserção em sistema empresarial de comunicação com forte presença no mercado pernambucano. O acesso público à versão impressa do periódico viabiliza consulta integral ao material e assegura transparência ao processo de pesquisa. Assim, a análise das edições do jornal ao longo de um ano completo possibilita observar padrões editoriais, recorrências discursivas e ausências sistemáticas, aspectos essenciais para compreender o comportamento do veículo diante de temas socialmente sensíveis.

A questão central que orienta este estudo consiste em examinar em que medida a fome e a insegurança alimentar foram incorporadas à agenda editorial do jornal ao longo do ano de 2021, bem como identificar os formatos, enfoques e características discursivas predominantes nas publicações relacionadas ao tema. O objetivo geral consiste em analisar a presença e o tratamento da pauta da fome no impresso *Folha de Pernambuco* no ano de 2021, com base na teoria da Agenda Setting e em contribuições sobre poder simbólico e controle discursivo. Para tanto, adotou-se a Análise de Conteúdo como técnica metodológica, amplamente utilizada em pesquisas nas ciências humanas e sociais para investigação sistemática de comunicações e discursos (Franco, 2008; Bardin, 2011). O corpus foi composto por 314 edições diárias do periódico, publicadas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2021, totalizando 5.878 páginas. A seleção inicial foi realizada por meio de leitura integral e identificação de ocorrências das expressões “fome” e/ou “insegurança alimentar” em títulos e subtítulos, seguida de filtragem para exclusão de usos figurativos do termo.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 AGENDA-SETTING E A CONSTRUÇÃO DA AGENDA PÚBLICA**

A teoria da Agenda Setting constitui um marco explicativo para compreender a influência dos meios de comunicação na organização da esfera pública, ao sustentar que a mídia não determina diretamente o que os indivíduos devem pensar, mas estabelece, de modo persistente, sobre o que deve ser pensado, mediante seleção, repetição e hierarquização de assuntos (McCombs, 2009). Nesse sentido, o agendamento não se restringe à divulgação de fatos, mas envolve um processo sistemático de atribuição de relevância social, pelo qual certos temas tornam-se centrais, enquanto outros são deslocados para posições periféricas ou silenciados.

No campo da comunicação, a Agenda Setting tem sido interpretada como hipótese teórica capaz de demonstrar que os meios, embora não sejam onipotentes para impor opinião, exercem influência relevante a médio e longo prazo, sobretudo quando temas são reiteradamente expostos na cobertura jornalística (Hohlfeldt, 2001). Dessa forma, o conteúdo jornalístico opera como elemento estruturador da agenda social, influenciando as prioridades do debate público, bem como o repertório temático incorporado ao cotidiano.

Essa formulação é reforçada por McCombs (2009), ao argumentar que a agenda pública é construída a partir de decisões editoriais que definem o grau de visibilidade e centralidade de cada tema, condicionando a percepção coletiva sobre o que é mais relevante. O autor afirma:

A teoria da Agenda Setting baseia-se no pressuposto de que os meios de comunicação são poderosos ao dizer às pessoas sobre o que pensar, mesmo que não sobre o que pensar. A mídia estabelece a hierarquia dos temas, determinando quais assuntos são considerados prioritários e quais permanecem à margem (McCombs, 2009, p. 45).

Sob tal perspectiva, a ausência ou a baixa incidência de cobertura sobre problemas sociais estruturais tende a produzir efeitos políticos relevantes, pois contribui para a despriorização do tema na agenda pública e, conseqüentemente, na agenda governamental. Nessa linha, Pereira (2011) argumenta que a mídia não se limita a transmitir informações, mas atua como agente político capaz de definir prioridades, pressionar atores institucionais e interferir no equilíbrio democrático, uma vez que a visibilidade midiática tende a converter-se em ação institucional.

A interdependência entre agenda política e agenda midiática evidencia que a mídia exerce função estratégica no ciclo de problematização pública: ao tornar um tema visível, o debate tende a ser acionado; ao silenciá-lo, reduz-se o ambiente simbólico de pressão e de responsabilização institucional (Pereira, 2011). Assim, a construção da agenda não pode ser compreendida como fenômeno neutro, mas como processo permeado por disputas de poder, interesses econômicos e racionalidades editoriais.

A teoria também se articula com contribuições clássicas sobre opinião pública, especialmente quando se considera que os indivíduos não reagem diretamente ao mundo, mas a representações mediadas, socialmente construídas. Lippmann (2008) destaca que o cidadão moderno opera em um “pseudoambiente” constituído por imagens mentais, organizadas a partir das informações disponíveis, sendo a mídia responsável por estruturar quadros interpretativos e simplificações da realidade. Desse modo, a seleção temática realizada pelo jornalismo influencia não apenas a visibilidade dos assuntos, mas o modo como a experiência social é organizada.

No contexto brasileiro contemporâneo, tal processo assume relevância ainda maior diante de um ambiente comunicacional marcado por disputas narrativas e por uma lógica mercadológica que tende a privilegiar temas de alto consumo e baixo potencial crítico. Ferreira (2017) adverte que o controle da agenda

pública pelos meios compromete o ideal de cidadania ativa, uma vez que a visibilidade não decorre apenas de interesse público, mas de escolhas editoriais orientadas por imperativos econômicos, políticos e ideológicos. Nesse cenário, demandas sociais legítimas podem ser invisibilizadas, reforçando assimetrias e exclusões simbólicas (Ferreira, 2017).

A seletividade do agendamento, portanto, torna-se elemento central para compreender a marginalização de problemas como a fome. Quando a cobertura privilegia temas de entretenimento ou fatos de consenso social, reduz-se o espaço para pautas incômodas e estruturalmente críticas, limitando a qualidade do debate público. Tal fenômeno é compatível com o argumento de Serva (2005), segundo o qual a simplificação e a redução de informações impedem a compreensão do fato, diminuindo a capacidade do leitor de apreender a totalidade dos seus significados.

Dessa maneira, a Agenda Setting apresenta-se como referencial teórico adequado para examinar a visibilidade conferida à fome no jornalismo, permitindo observar se a pauta foi incorporada de modo sistemático, se foi reduzida a registros episódicos ou se foi silenciada mediante baixa incidência de publicações, o que comprometeria a construção de uma agenda pública orientada por direitos sociais.

## 2.2 PODER SIMBÓLICO, IDEOLOGIA E INVISIBILIZAÇÃO MUDIÁTICA

A análise do agendamento midiático também demanda articulação com teorias do poder, uma vez que a produção e a circulação de discursos constituem práticas atravessadas por interesses, hierarquias e mecanismos de controle simbólico. Nesse campo, a reflexão de Althusser (1985) sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) contribui para compreender como instituições, mesmo não repressivas, operam na manutenção da hegemonia por meio da ideologia. Para o autor, tais aparelhos atuam principalmente pela disseminação de valores e crenças dominantes, reforçando a estabilidade do poder e a reprodução social (Althusser, 1985).

Althusser (1985) destaca que os AIE funcionam majoritariamente pela ideologia e apenas secundariamente pela repressão simbólica, sendo a mídia um desses dispositivos. O autor afirma:

Podemos considerar como Aparelhos Ideológicos do Estado instituições que, em sua maioria, não possuem estatuto público, e que são simplesmente instituições privadas (...) funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada ou mesmo simbólica (Althusser, 1985, p. 69-70).

Nesse sentido, a invisibilização de temas socialmente sensíveis pode ser interpretada como prática ideológica: ao reduzir o espaço conferido a problemas estruturais, a mídia contribui para naturalizar desigualdades e para despolitizar conflitos. Guareschi (1987) reforça essa leitura ao indicar que os meios

de comunicação, frequentemente, operam como instâncias de legitimação da dominação de uma classe sobre as demais, atuando na reprodução de consensos e na limitação de perspectivas críticas.

A relação entre poder e discurso é aprofundada por Foucault, ao compreender que o discurso não constitui mera representação da realidade, mas um dispositivo estratégico por meio do qual relações de poder são estabelecidas, reguladas e reproduzidas. Assim, a produção discursiva é atravessada por procedimentos de exclusão e controle, que delimitam o que pode ser dito e quais temas se tornam aceitáveis no espaço público (Foucault, 1999). Essa abordagem permite interpretar o silêncio midiático não como ausência neutra, mas como resultado de mecanismos que regulam o campo do dizível.

No campo específico da crítica à mídia, Bourdieu (1997) evidencia que o poder simbólico se manifesta também por meio de formas sutis de censura, as quais operam na limitação de tempo, espaço e centralidade atribuídos às notícias. Ao discutir os “fatos-ômnibus”, o autor explica que conteúdos de apelo generalista e pouco conflitivo tendem a ocupar a agenda jornalística, justamente por não provocarem controvérsia e por funcionarem como instrumentos de desvio da atenção pública. Em sua formulação:

Os fatos-omnibus são fatos que, como se diz, não devem chocar ninguém, que não envolve disputa, que não dividem, que formam consenso, que interessam a todo mundo, mas de um modo tal que não tocam em nada importante (Bourdieu, 1997, p. 23).

A utilização recorrente de fatos-ômnibus contribui para reduzir o espaço destinado a temas incômodos, como a fome, e favorece a construção de uma agenda orientada por interesses mercadológicos. Tal dinâmica reforça a crítica de Herman (1998), segundo a qual a imprensa tende a priorizar conteúdos compatíveis com interesses de anunciantes e com o consumo, em detrimento da oferta de informação de qualidade para o público.

A articulação entre poder simbólico e invisibilização midiática pode ser ampliada pela contribuição weberiana. Weber (2009) diferencia poder (*Macht*) como possibilidade de impor a própria vontade contra resistências, e dominação (*Herrschaft*) como a possibilidade de impor decisões sustentadas pelo reconhecimento de legitimidade. No campo midiático, a dominação pode ser interpretada como a autoridade discursiva atribuída ao veículo jornalístico, que lhe permite definir prioridades informativas e influenciar o repertório temático aceito socialmente.

Assim, a seletividade editorial, ao delimitar quais assuntos são visíveis e quais permanecem ocultos, pode ser compreendida como prática de dominação simbólica, pela qual o jornal exerce autoridade sobre o público. Essa lógica se aproxima da compreensão de Bourdieu (1989), ao afirmar que as relações de comunicação e conhecimento são também relações de poder, o que permite interpretar o agendamento como forma de violência simbólica, particularmente quando a mídia silencia ou minimiza problemas que atingem grupos socialmente vulneráveis.

A articulação entre Agenda Setting e teorias do poder permite compreender que a baixa visibilidade da fome não se limita a uma ausência quantitativa de publicações, mas pode configurar um processo discursivo estruturado por mecanismos ideológicos, econômicos e simbólicos. Esse enquadramento teórico sustenta a análise empírica do corpus, possibilitando examinar se a cobertura jornalística analisada operou por invisibilização, superficialização ou deslocamento da fome para registros episódicos e assistencialistas.

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi delineada como estudo qualitativo de natureza descritivo-analítica, orientado pela técnica da Análise de Conteúdo (AC), aplicada a material jornalístico impresso. A opção metodológica fundamentou-se na adequação da AC para investigação sistemática de comunicações, com ênfase na interpretação do conteúdo manifesto e na identificação de sentidos sociais e discursivos associados à construção de agendas temáticas. Nesse enquadramento, o jornal foi tratado como objeto empírico e, simultaneamente, como instância de mediação simbólica, considerando-se sua capacidade de selecionar, hierarquizar e silenciar assuntos de interesse público, conforme pressupostos da teoria da Agenda Setting (McCombs, 2009).

A Análise de Conteúdo foi adotada como procedimento central por constituir, conforme Bardin (1984), “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento” (Bardin, 1984, p. 9). Tal definição evidencia que se trata de técnica consolidada e amplamente utilizada em pesquisas das ciências humanas e sociais, especialmente quando se busca descrever, classificar e interpretar mensagens em contextos sociais específicos. Além disso, Bardin define a AC como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1984, p. 42).

Com base nesse referencial, considerou-se que a investigação da presença e do tratamento do tema “fome” no jornalismo não poderia restringir-se a uma leitura impressionista. Assim, foram empregados procedimentos sistemáticos de levantamento, filtragem, classificação e análise, a fim de responder às perguntas orientadoras do estudo: (i) houve publicações sobre fome e insegurança alimentar no periódico analisado? (ii) de que modo o fenômeno foi explicado ou enquadrado nas publicações identificadas?; e (iii) o jornal conferiu relevância ao tema ou operou sua minimização por meio de baixa visibilidade e superficialidade interpretativa?

O corpus empírico foi constituído por 314 edições diárias do jornal impresso *Folha de Pernambuco*, identificadas no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, totalizando 5.878 páginas

analisadas. O recorte temporal foi justificado pela intensificação da insegurança alimentar no Brasil no contexto pandêmico, bem como pela ocorrência, em Pernambuco, de eventos institucionais e simbólicos vinculados ao tema, já citados anteriormente, como a comemoração dos 75 anos da obra *Geografia da Fome* e a instituição, pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), do Núcleo de Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas Josué de Castro (Núcleo DHANA), voltado à promoção de estratégias emergenciais e estruturantes para efetivação do direito humano à alimentação adequada (Castro, 2022; MPPE, 2023).

O procedimento de coleta foi estruturado em três etapas, conforme a lógica operacional da AC descrita no texto-base. Na primeira etapa, foi realizada leitura integral das edições, com identificação preliminar de textos jornalísticos que contivessem, em título ou subtítulo, as expressões “fome” e/ou “insegurança alimentar”, independentemente do gênero jornalístico, extensão, editoria ou presença de imagens. Na segunda etapa, procedeu-se à exploração mais precisa do material pré-selecionado, com verificação do conteúdo textual e aplicação de critério de elegibilidade: foram excluídas ocorrências em que o termo “fome” era empregado em sentido figurado, sem referência ao fenômeno social em qualquer escala (local, regional, nacional ou internacional). Na terceira etapa, foi conduzida a classificação e análise dos textos elegíveis, visando identificar padrões de enquadramento, recorrências temáticas, fontes consultadas e formas de visibilização ou minimização do problema.

A operacionalização da AC foi orientada pela compreensão de que o texto constitui o ponto de partida para identificação do conteúdo, seja ele explícito ou latente. Franco (2008) sustenta que “o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifesto” (Franco, 2008, p. 24). Assim, a análise foi direcionada à descrição objetiva dos materiais encontrados e, em seguida, à interpretação das regularidades discursivas presentes nas publicações.

O procedimento analítico também foi sustentado pela compreensão de que a AC realiza uma mediação entre formalismo estatístico e interpretação qualitativa. Bauer (2007) define a técnica como “uma ponte entre o formalismo estatístico e a análise quantitativa de materiais que compõem o seu corpus” (Bauer, 2007, p. 190). Com base nesse aporte, foram organizados quadros descritivos para registro do tipo de texto (reportagem, informativo, artigo, nota, comentário/coluna, chamada de capa), editoria, presença de imagens, origem e natureza das fontes (entrevista/pesquisa, ONG, agência, assessoria, articulista). Tal sistematização permitiu observar, com maior rigor, a baixa incidência de publicações sobre o tema no conjunto total de edições analisadas.

A análise interpretativa foi conduzida em articulação com o referencial teórico da Agenda Setting, considerando-se que a relevância atribuída a um tema depende de sua exposição, repetição e hierarquização na cobertura jornalística (Hohlfeldt, 2001; McCombs, 2009). Assim, a baixa presença de textos elegíveis

foi tratada como evidência empírica relevante para discussão sobre invisibilização temática. Em complemento, foram mobilizados aportes críticos sobre poder simbólico e controle discursivo, a fim de compreender como a omissão ou a superficialização de assuntos socialmente sensíveis pode operar como prática ideológica e mecanismo de reprodução de desigualdades (Althusser, 1985; Bourdieu, 1989; Foucault, 1999).

Por fim, a pesquisa foi conduzida com base em material de acesso público, sem envolvimento de participantes humanos, o que dispensou procedimentos de consentimento informado. O rigor metodológico foi assegurado pela transparência na delimitação do corpus, pela explicitação dos critérios de seleção e exclusão e pela organização sistemática das categorias descritivas, garantindo replicabilidade e consistência analítica no exame do comportamento editorial do periódico diante da pauta da fome.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise do corpus evidenciou baixa presença da pauta da fome e da insegurança alimentar na agenda editorial do periódico. O levantamento inicial, realizado por meio da identificação de ocorrências das expressões “fome” e/ou “insegurança alimentar” em títulos e subtítulos, resultou na localização de 13 textos. Entretanto, após aplicação do critério de elegibilidade, quatro publicações foram excluídas por apresentarem o termo “fome” em sentido figurado, não correspondendo ao fenômeno social objeto deste estudo.

Esse resultado preliminar já se mostra relevante para a discussão sobre agendamento, uma vez que a presença do termo em títulos e subtítulos constitui indicador de saliência temática, isto é, de centralidade editorial. De acordo com a teoria da Agenda Setting, a relevância social de um tema não decorre apenas da sua gravidade objetiva, mas é influenciada pela visibilidade, repetição e hierarquização que lhe é atribuída pelos meios de comunicação (McCombs, 2009). Assim, a baixa incidência do tema, em um período marcado por dados estatísticos alarmantes de insegurança alimentar, pode ser interpretada como indício de marginalização editorial.

O exame da distribuição mensal das publicações reforçou esse entendimento. Não foi localizada nenhuma matéria elegível nos meses de janeiro, fevereiro, agosto e dezembro, o que corresponde a 104 edições (1.926 páginas) sem qualquer título ou subtítulo que tratasse da fome em sentido literal. Em um contexto de crise social, esse dado evidencia descontinuidade e ausência de monitoramento sistemático do tema, sugerindo que a pauta não foi tratada como assunto permanente e prioritário.

Esse achado se torna ainda mais expressivo quando se considera que 2021 foi marcado por eventos institucionais e simbólicos diretamente relacionados à fome no Estado de Pernambuco, como a comemoração dos 75 anos da obra *Geografia da Fome* e a instituição do Núcleo DHANA, pelo MPPE. Esses acontecimentos, em tese, poderiam favorecer a ampliação do debate público e estimular coberturas

de maior profundidade. Contudo, a baixa presença do tema no noticiário analisado sugere que tais marcos não produziram impacto significativo na agenda editorial do periódico.

#### 4.1 TEXTOS DESCARTADOS E A PRESENÇA DO TERMO “FOME” EM SENTIDO FIGURADO

A etapa de filtragem revelou que quatro textos, embora apresentassem a palavra “fome” no título, não abordavam o fenômeno social da fome. Esses materiais foram excluídos do corpus analítico por se enquadrarem em usos metafóricos do termo, com deslocamento semântico para outros campos.

Os textos descartados foram: (i) o artigo “A fome de futuro e a utopia para realistas”, publicado na editoria de Economia; (ii) a nota “Dor, fome e glória”, publicada em coluna social; (iii) a matéria “Brasil tem fome de cultura”, publicada no caderno de cultura; e (iv) o artigo de opinião “A carne, a fome e o crime”, publicado na editoria de Opinião. A exclusão desses textos foi considerada necessária para evitar distorções metodológicas, visto que a presença metafórica do termo não representa visibilidade efetiva da fome enquanto problema social.

Entretanto, o próprio volume de usos figurativos identificados, em contraste com o reduzido número de textos elegíveis, constitui evidência relevante: a palavra “fome” apareceu no jornal com maior frequência como recurso retórico do que como referência direta à crise alimentar. Esse resultado pode ser interpretado como forma de neutralização discursiva, pois o termo é mobilizado em narrativas culturalmente aceitáveis, enquanto a fome concreta permanece marginalizada.

Tal fenômeno se articula com a crítica de Serva (2005), segundo a qual a simplificação e a redução de informações impedem a compreensão dos fatos e limitam o potencial crítico do jornalismo. Ao deslocar o termo “fome” para usos metafóricos, o veículo reforça uma dinâmica simbólica na qual o problema social é despolitizado e substituído por conteúdos de menor tensão pública.

#### 4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS TEXTOS ELEGÍVEIS E INCIDÊNCIA NA AGENDA EDITORIAL

Após a filtragem, nove textos foram considerados elegíveis para análise. Esses textos foram publicados em 2,87% do total de edições do ano, revelando incidência extremamente baixa. O conjunto de publicações ocorreu nas seguintes datas: 06 de abril, 13 de maio, 22/23 de maio, 13 de julho, 25/26 de setembro, 18 de outubro (dois textos), 21 de outubro e 25 de outubro.

A baixa incidência revela que o tema não foi incorporado como pauta contínua, mas como registro episódico e esparso. Tal resultado é compatível com o princípio central da Agenda Setting, segundo o qual a influência midiática se produz pela recorrência e pela hierarquização. McCombs (2009) sustenta que a mídia constrói a agenda pública por meio de seleção e repetição, condicionando a percepção social sobre o que é relevante. Assim, a ausência de repetição sistemática reduz a possibilidade de consolidação do tema na agenda pública.

REDEFININDO A NARRATIVA: A INFLUÊNCIA DA AGENDA SETTING E DAS TEORIAS DE PODER NA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE A FOME

A tipologia textual dos nove materiais evidenciou predominância de conteúdos informativos, com baixo investimento em reportagem aprofundada. Foram identificadas quatro matérias informativas, uma reportagem, uma nota, um artigo de opinião, um comentário/coluna e uma chamada de capa. A presença de apenas uma reportagem sugere que o jornal destinou recursos limitados à produção investigativa sobre o tema, preferindo formatos de menor densidade analítica.

Além disso, as publicações foram distribuídas em editorias distintas, como Política, Cotidiano, Mundo, Social, Opinião e Capa. A dispersão editorial pode ser interpretada como ausência de política sistemática de cobertura, indicando que o tema apareceu de modo pontual, associado a acontecimentos específicos, sem consolidação como eixo estruturante do noticiário.

Quadro 1 – Textos elegíveis: distribuição por tipo, editoria e recursos visuais

<b>Tipo de texto</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Editorias predominantes</b>	<b>Presença de foto/infográfico</b>
Reportagem	1	Zoom/Cotidiano	Sim (4 fotos + 1 infográfico)
Informativo	4	Política (2); Cotidiano; Mundo	Sim (3); Não (1)
Nota	1	Persona/Social	Não
Artigo de opinião	1	Opinião	Não
Comentário/coluna	1	Política regional	Não
Chamada de capa	1	Capa	Não

Fonte: Dados sistematizados a partir do corpus (Acioli, 2025).

Os dados apresentados no Quadro 1 evidenciam que a cobertura da fome foi majoritariamente conduzida por gêneros jornalísticos de baixa complexidade interpretativa. O predomínio de textos informativos, em detrimento de reportagens, reforça a hipótese de superficialização. Essa superficialidade é relevante, pois, conforme Serva (2005), a redução do fato impede sua compreensão e limita a capacidade do leitor de apreender a totalidade do significado da notícia.

No campo da Agenda Setting, Hohlfeldt (2001) ressalta que os meios de comunicação, mesmo sem impor opiniões, influenciam a médio e longo prazo sobre quais temas devem ser pensados e discutidos. O autor explica:

“Os meios de comunicação [...] são capazes de a médio e longo prazos, influenciar sobre o que pensar e falar [...] dependendo dos assuntos que venham a ser abordados - agendados - pela mídia, o público termina, a médio e longo prazos, por incluí-los igualmente em suas preocupações” (Hohlfeldt, 2001, p. 191).

Assim, ao não agendar a fome com frequência e centralidade, o jornal limita sua incorporação como prioridade social.

#### 4.3 FONTES DE INFORMAÇÃO E ORIGEM DO CONTEÚDO: PREDOMINÂNCIA DE MEDIAÇÕES EXTERNAS

A análise das fontes consultadas nos textos elegíveis indicou predominância de informações provenientes de assessorias, agências de notícias e organizações não governamentais. Apenas um texto teve como base entrevista ou pesquisa diretamente mobilizada como eixo central. Foram identificadas as seguintes origens: entrevista/pesquisa (1), ONGs (2), agência de notícias (2), assessoria de imprensa (3) e articulista (1).

Esse padrão sugere que a pauta foi acionada principalmente por agendas externas ao jornal, e não por iniciativa editorial própria. A presença de textos oriundos de agência de notícias, por exemplo, indica que parte da cobertura foi importada, reduzindo o investimento do jornal em apuração local aprofundada. Esse resultado reforça a hipótese de que a fome foi tratada como tema periférico, acionado por eventos pontuais, sem monitoramento contínuo.

Quadro 2 – Fontes mobilizadas nas publicações elegíveis

Fonte predominante	Quantidade	Observações
Entrevista/Pesquisa	1	Reportagem com dados do II Vigisan/Rede Penssan
Organização não governamental (ONG)	2	Ações assistencialistas e campanhas solidárias
Agência de notícias	2	Textos associados a fontes nacionais/internacionais
Assessoria de imprensa	3	Textos com viés institucional e político
Articulista	1	Texto opinativo com interpretação econômica

Fonte: Dados sistematizados a partir do corpus (Acioli, 2025).

A predominância de fontes institucionais e de assessoria reforça a hipótese de cobertura orientada por interesses políticos e organizacionais, com baixa pluralidade. Esse padrão é relevante, pois a seletividade das fontes constitui dimensão essencial do agendamento: a mídia não apenas escolhe temas, mas escolhe também quais atores possuem legitimidade para falar sobre eles.

#### 4.4 ENQUADRAMENTOS PREDOMINANTES: ASSISTENCIALISMO, EPISÓDICO E BAIXA PROBLEMATIZAÇÃO ESTRUTURAL

A leitura qualitativa dos textos evidenciou que a maior parte das publicações adotou enquadramento episódico, com predomínio de ações assistencialistas e abordagem descritiva. Dois textos enfocaram campanhas de caráter solidário, como iniciativas de distribuição de marmitas e a campanha Natal Sem Fome. Embora tais ações sejam relevantes do ponto de vista social, o enquadramento jornalístico privilegiou a dimensão da caridade e do voluntariado, com baixa articulação às causas estruturais da fome.

Esse resultado sugere deslocamento discursivo: o problema social é apresentado como demanda emergencial, a ser mitigada por iniciativas pontuais, e não como expressão de desigualdade estrutural e falhas persistentes de políticas públicas. Tal enquadramento contribui para despolitização do tema, reduzindo a responsabilização institucional e a crítica social.

No texto-base, foi registrado que o enfoque predominante recaiu sobre a pandemia da covid-19 como causa explicativa central, sem aprofundamento de fatores estruturais, como concentração de renda, precarização do trabalho, pobreza e desigualdade. Essa estratégia discursiva tende a naturalizar a fome como consequência inevitável de uma crise sanitária global, em vez de apresentá-la como fenômeno produzido por decisões políticas e econômicas.

Essa discussão se articula ao comentário de Josué de Castro, que identifica a fome como tema historicamente interdito na esfera pública. No prefácio de *Geografia da Fome*, o autor afirma:

Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica da nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente (Castro, 2023, p. 18).

A permanência desse silêncio no jornalismo contemporâneo pode ser interpretada como continuidade histórica de mecanismos simbólicos de exclusão.

O texto opinativo “O apogeu da desumanidade e a barbárie da fome” foi o único material que apresentou maior densidade interpretativa, relacionando fome, pobreza e fragilidade de políticas sociais. Contudo, mesmo nesse caso, a explicação foi centrada predominantemente no contexto pandêmico, mantendo limitada articulação com fatores estruturais e históricos.

O conjunto de publicações também evidenciou presença de viés político-partidário em alguns textos, especialmente na editoria de Política. Uma matéria destacou audiência pública com críticas ao governo federal, enquanto outra enfatizou programas estaduais e municipais sem detalhamento. Nesse tipo de abordagem, a fome aparece como instrumento de disputa política, e não como fenômeno social analisado em profundidade.

#### 4.5 INVISIBILIZAÇÃO E SELETIVIDADE EDITORIAL: AGENDA SETTING E PODER SIMBÓLICO

A baixa incidência de textos elegíveis, a superficialidade predominante e a ausência de monitoramento sistemático permitem discutir a hipótese de invisibilização temática. Conforme McCombs (2009), a mídia estabelece hierarquias de relevância ao selecionar e repetir temas, influenciando a agenda mental do público. Dessa forma, quando a fome não é agendada, reduz-se a possibilidade de debate público contínuo e de pressão institucional.

A relação entre invisibilização e poder simbólico pode ser interpretada com base em autores presentes no texto-base. Althusser (1985) sustenta que os Aparelhos Ideológicos de Estado atuam na reprodução de ideias dominantes, funcionando principalmente por ideologia. Nessa perspectiva, a mídia pode ser compreendida como instância que reforça a estabilidade social ao reduzir a visibilidade de temas que poderiam gerar contestação.

A crítica de Bourdieu também contribui para essa interpretação. O autor argumenta que a mídia opera formas sutis de censura, limitando tempo e espaço destinados a determinados assuntos (Bourdieu, 1997). Além disso, a noção de fatos-ônibus indica que conteúdos de consenso e baixo conflito são utilizados para ocupar espaço informativo e afastar temas incômodos. O autor afirma: “Os fatos-ônibus são fatos que [...] não envolvem disputa, que não dividem, que formam consenso [...] mas de um modo tal que não tocam em nada importante (Bourdieu, 1996, p. 23).

No caso analisado, a baixa presença de textos sobre fome pode ser interpretada como efeito desse mecanismo: temas socialmente explosivos tendem a ser deslocados, enquanto conteúdos mais neutros ocupam a centralidade.

A discussão foucaultiana sobre discurso e poder reforça esse entendimento. Para Foucault (1999), o discurso é regulado por procedimentos de exclusão e controle, que delimitam o que pode ser dito e quais temas se tornam aceitáveis no espaço público. Assim, o silêncio sobre a fome pode ser compreendido como prática discursiva estruturada, e não como mera ausência casual.

A interpretação também pode ser ampliada pela teoria de Max weberiana. Max Weber (2009) distingue *Macht* (poder) como capacidade de impor vontade contra resistências, e *Herrschaft* (dominação) como obediência sustentada pelo reconhecimento de legitimidade. No campo midiático, a dominação se manifesta na autoridade discursiva do jornal, que define prioridades e molda percepções sociais. Ao estabelecer quais temas são dignos de atenção, o jornal exerce forma de dominação simbólica, influenciando a agenda pública.

Essa dinâmica se articula ao entendimento de que as relações de comunicação são também relações de poder. Bourdieu (1989) afirma que o poder simbólico opera de modo invisível, sendo reconhecido como legítimo pelos próprios dominados. Assim, o leitor tende a aceitar a hierarquia temática proposta pelo jornal como reflexo natural da realidade, e não como construção editorial.

O resultado empírico observado reforça, portanto, a hipótese de que a fome foi tratada como tema incômodo e marginal. Mesmo em um período em que organismos internacionais apontavam crescimento da insegurança alimentar, o jornal analisado não incorporou o tema como pauta contínua, limitando-se a registros episódicos e frequentemente assistencialistas. Esse comportamento editorial se aproxima da afirmação de Josué de Castro, segundo a qual a fome é historicamente tratada como tema “proibido” ou “pouco aconselhável” (Castro, 2023).

#### 4.6 IMPLICAÇÕES PARA O DEBATE PÚBLICO: INVISIBILIDADE E DESPOLITIZAÇÃO

A invisibilização da fome no jornalismo local possui implicações diretas para a qualidade do debate público. Quando um problema social estrutural não recebe visibilidade, reduz-se o potencial de mobilização social e de pressão institucional, enfraquecendo a esfera pública democrática. A Agenda Setting demonstra que a mídia influencia a agenda social ao definir quais temas serão discutidos e quais serão ignorados (Hohlfeldt, 2001; McCombs, 2009).

A ausência do tema também se relaciona à cultura política e ao consumo informacional. Observa-se que, em 2021, a fome não figurou entre os temas mais comentados na rede social X (antigo Twitter) nem entre os termos mais buscados no Google, enquanto assuntos de entretenimento dominaram a atenção pública (G1, 2021; Gaglioni, 2021). Esse dado evidencia que o agendamento midiático se articula ao comportamento social, reforçando um ciclo no qual temas leves recebem centralidade, enquanto problemas estruturais permanecem periféricos.

Os resultados apontam que a cobertura sobre fome no jornal *Folha de Pernambuco* em 2021 foi rara, episódica e pouco problematizadora. O fenômeno foi frequentemente enquadrado como consequência da pandemia e tratado sob viés assistencialista, com limitada discussão sobre causas estruturais. Esse padrão reforça a hipótese de que o agendamento temático contribuiu para invisibilizar a fome no noticiário, restringindo o debate público e reproduzindo mecanismos simbólicos de manutenção da ordem social.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da cobertura do jornal impresso *Folha de Pernambuco* no ano de 2021 evidenciou baixa centralidade do tema da fome e da insegurança alimentar na agenda editorial do periódico, apesar do contexto de agravamento socioeconômico e de ampla circulação pública de dados sobre o recrudescimento da fome no Brasil. A investigação, conduzida por meio de Análise de Conteúdo aplicada a 314 edições (5.878 páginas), indicou reduzida incidência de textos elegíveis com menção literal ao fenômeno em títulos e subtítulos, além de dispersão temporal e editorial das publicações. Esses achados sugerem que o tema não foi tratado como pauta contínua e prioritária, mas como registro episódico, frequentemente vinculado a acontecimentos pontuais ou a ações emergenciais.

À luz da teoria da Agenda Setting, o padrão identificado reforça a hipótese de que a visibilidade conferida a um tema depende da sua repetição e hierarquização no noticiário, condição que influencia a consolidação de prioridades no debate público (Hohlfeldt, 2001; McCombs, 2009).

Nesse sentido, a baixa incidência de textos sobre fome tende a reduzir o potencial de tematização pública do problema, limitando a circulação de interpretações estruturais e enfraquecendo a capacidade de pressão social sobre atores institucionais. O agendamento, assim, não se restringe à escolha do que é

publicado; a marginalização editorial também produz efeitos ao restringir o repertório de preocupações coletivas e ao reduzir a saliência de fenômenos socialmente críticos.

A caracterização das publicações elegíveis revelou predomínio de conteúdos informativos, com limitado investimento em reportagem aprofundada, além de ampla dependência de fontes institucionais, agências e assessorias. Esse desenho de cobertura tende a favorecer a circulação de narrativas mais controladas e menos problematizadoras, com baixa pluralidade de vozes e reduzida capacidade de explicitar causas estruturais. Em termos interpretativos, o enquadramento assistencialista identificado em parte das publicações contribui para deslocar a fome do campo dos direitos sociais e das políticas públicas para o campo do voluntarismo e da caridade, reduzindo a responsabilização estatal e despolitizando um fenômeno produzido socialmente. Esse movimento, ainda que não configure censura explícita, aproxima-se da crítica de que a mídia pode operar mecanismos simbólicos de neutralização, ao conferir visibilidade preferencial a conteúdos de baixo conflito e de alta aceitabilidade social (Bourdieu, 1996; Serva, 2005).

Os resultados obtidos também podem ser interpretados em diálogo com aportes críticos sobre ideologia, discurso e poder simbólico, uma vez que a seletividade temática do jornalismo participa da construção social do dizível e do relevante (Althusser, 1985; Bourdieu, 1989; Foucault, 1999). Nessa chave, a invisibilização da fome no noticiário local pode ser compreendida como expressão de limites estruturais do campo midiático, marcado por lógicas de mercado, rotinas produtivas e relações de dependência institucional. A permanência histórica desse silenciamento encontra ressonância no diagnóstico de Josué de Castro, ao apontar que a fome foi convertida, por interesses e preconceitos morais, políticos e econômicos, em tema “pouco aconselhável” de ser abordado publicamente (Castro, 2023).

Como contribuição científica, o estudo apresenta evidências empíricas sobre o baixo agendamento da fome em um jornal regional no auge de uma crise alimentar amplamente documentada, oferecendo subsídios para pesquisas futuras sobre invisibilização temática e sobre os efeitos do jornalismo na construção de agendas orientadas por direitos. Entre as limitações, destaca-se o foco em um único veículo impresso e a escolha metodológica de rastreamento por títulos e subtítulos, que privilegia a saliência editorial, mas pode subestimar menções secundárias no corpo textual. Pesquisas futuras podem ampliar o recorte para outros veículos e plataformas digitais, incorporar análise de enquadramento com maior refinamento categorial e relacionar a agenda midiática a indicadores de mobilização pública e resposta institucional, aprofundando o entendimento sobre como a fome é narrada, silenciada ou reduzida no espaço público.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1984.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 189-217.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021: transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all**. Rome: FAO, 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2008.

G1. **Retrospectiva 2021: os assuntos mais comentados no Twitter**. São Paulo: G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 20 jan. 2025.

GAGLIONI, Cesar. **Os assuntos mais buscados no Google em 2021**. São Paulo: [s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.google.com/trends>. Acesso em: 20 jan. 2025.

GUARESCHI, Pedrinho. **Comunicação e poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HERMAN, Edward S. **The myth of the liberal media: an Edward Herman reader**. New York: Peter Lang, 1998.

HOHLFELDT, Antonio. Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera V. (org.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 187-240.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO (MPPE). **Núcleo DHANA: Núcleo de Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas Josué de Castro**. Recife: MPPE, 2023. Disponível em: <https://www.mppe.mp.br>. Acesso em: 20 jan. 2025.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). **Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). **II Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. São Paulo: Senac, 2005.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: UnB, 2009.